

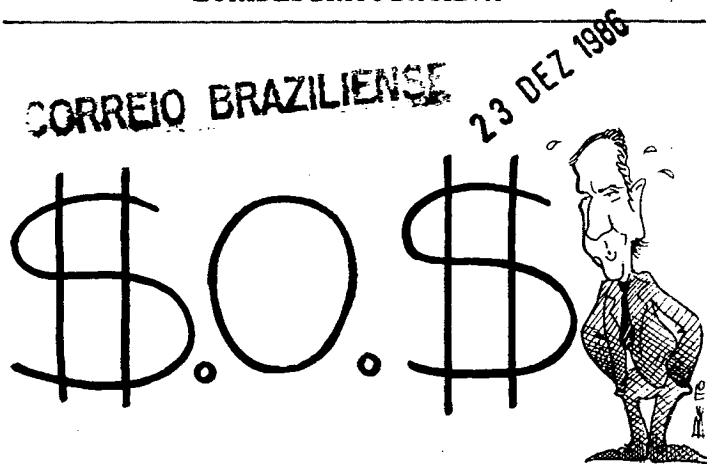
A necessidade de definições econômicas

Econ. Brasil

EURIDES BRITO DA SILVA

No princípio tudo são flores. Esta é a melhor definição para o Plano Cruzado. Chegou-se a acreditar que um país endividado, com hiperinflação, com as feridas mal curadas de um período recessivo, poderia se libertar dos seus problemas e ingressar numa nova era através de um parto sem dor. Chegou-se mesmo a crer que o congelamento de preços e salários pudesse durar longo tempo, quase infinito. Se a inflação fosse eliminada por lei, um fomoso imperador romano teria tido menores decepções, numa época em que as ciências econômicas ainda não existiam. Com efeito, no Século Terceiro da nossa era, Diocleciano estabeleceu um congelamento geral de preços, e quem o descumprisse sofreria a pena de morte. Apesar do número de condenados, o congelamento durou só o pouco tempo que podia durar.

Esses fatos e decepções não significam necessariamente que o Plano Cruzado não tenha efeitos positivos ou que o congelamento não deva ser adotado ou, ainda, que o Governo seja incompetente. É preciso separar as medidas econômicas dos mitos e fantasias que elas geram. Como alguém que acredita ser o sonho realidade, hoje há os que acordaram de repente e ficaram furiosos ao ver que os fatos não conferem com os desejos. Sem dúvida, quando se acende uma forte esperança, depois de um longo período de sofrimento, é grande a tentação de se acreditar no sonho. E o que fazer agora? O preços representam defasagens, as reclamações se multiplicam, o ágio e o desabastecimento dizem presente, o déficit público está aí, os juros vão pelos ares, a dívida externa aperta os calos, quando não o peito, como se fosse angina. Devemos voltar atrás e jogar para o alto todo o Plano? Devemos bater pé e tocar em frente, fechando os olhos para os problemas? Devemos reto-



mar velhas políticas que não deram certo, ligadas à recessão. à compressão dos assalariados, para ver se agora o remédio funciona?

O certo é que o período da graça acabou. O congelamento aliviou temporariamente as tensões e abriu um tempo precioso para que medidas corretoras pudessem ser tomadas. O que foi feito, foi feito. O tempo perdido deve ser reencontrado, embora através de um caminho mais longo e muito mais caro. Uma coisa, porém, é certa aos nossos olhos, aos olhos de leiga em economia: é urgente ter definições claras tão cedo quanto possível. Se o País precisa imperiosamente de investimentos, se grandes decisões devem ser tomadas em economia, as pessoas não podem mais continuar se perguntando: o que vai acontecer? Será que o Governo vai fazer isto, aquilo ou alguma coisa imaginável? Durante quanto tempo mais o Brasil oficial vai ficar distanciado do Brasil real? Durante quanto tempo vai se pagar ágio, fazendo de conta que os preços pararam em 28 de fevereiro?

Evidentemente, espera-se

que tais definições claras sejam tomadas à mesa ampla das negociações, da audição de opiniões, da participação sensata dos diversos setores da sociedade, do diálogo Legislativo-Executivo. Se alguns tomam as decisões, cabem-lhes todos os ônus e bônus dos acertos e erros. Se uma gama ampla de elementos representativos participa, ônus e bônus são rateados. Para isso, porém, é indispensável que se reconheça o caráter político da economia.

Além disso, as definições precisam atingir diretamente os focos da inflação e dos problemas econômicos em geral. Não adianta fazer círculos em volta de um ponto sem atingi-lo. Isto pode doer menos para alguns, mas acaba doendo mais tempo para todos. Ademais, temos certeza de que as definições respeitarão a opção pelo social. Parodiando um ministro, poderíamos hoje dizer que a história das políticas sociais no Brasil não pode ser a história da inflação ou do endividamento externo brasileiro. Sacrifícios certamente são necessários. Entretanto, com certeza, não serão exigidos sacrifícios inúteis,

como os do Decreto-Lei nº 2065. Temos a firme expectativa de que venha a ser definitivamente exorcizado o fantasma da recessão econômica, único remédio para a inflação e o endividamento. Afinal, esse pode ser um bom remédio para fora, mas não para dentro.

Por isso mesmo, será imprescindível ter uma dose muito elevada de sensibilidade para conjugar os critérios econômicos, para respeitar a lei da oferta, da procura (que, apesar de lei, não é obra de juristas) e atender aos justos interesses sociais. Um exemplo é a grave questão dos aluguéis residenciais. Todos sabemos o quanto é caro morar num país pobre, contudo, os aluguéis novos e antigos estão-se afastando perigosamente. Corre-se o risco de pagar aluguel barato hoje e muito alto no futuro. A propriedade deve estar vinculada ao interesse social, mas se os particulares não construírem, o Estado o fará para evitar que os aluguéis disparem ainda mais? Os direitos de parte devem ser resguardados cuidadosamente. Nem se pode deixar os inquilinos à própria sorte, nem se pode negar aos particulares um retorno razoável pelo seu investimento.

Temos a firme certeza de que os caminhos serão encontrados. Não serão os do paraíso do congelamento eterno, nem esperamos os da receita ortodoxa. Para que esses caminhos sejam encontrados, cumpre, sem dúvida, adotar processos de tomada de decisão adequados aos novos tempos, recuperar o tempo que foi eventualmente perdido e respeitar os compromissos sociais que todo o País tem em vista.

Eurides Brito da Silva, ex-secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, é professora da Universidade de Brasília e vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada.